

POLÍTICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO NAS INDÚSTRIAS EM RONDÔNIA

CREUZA GOMES BATISTA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)
adm_creuz@hotmai.com

POLÍTICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO NAS INDÚSTRIAS EM RONDÔNIA

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o quanto as políticas de incentivo à inovação são conhecidas e utilizadas pelas indústrias rondonienses; E traz três específicos: Levantar o cenário atual das indústrias em Rondônia (1); identificar o nível de conhecimento e utilização das principais políticas de incentivo à inovação nas indústrias (2); e, oferecer idealizadores considerados proficientes para elaboração de políticas estratégicas para a competitividade industrial rondoniense (3). Fundamentado na Teoria Institucional tendo por base o campo organizacional, onde ocorre o espaço de trocas. Teve como questão mobilizadora: Qual o nível de conhecimento e utilização de políticas de incentivo à inovação nas indústrias em Rondônia? Aplicou-se Método de Análise de Conteúdo, de abordagem quali-quantitativa. Como resultado identificou-se que a distribuição espacial das indústrias em Rondônia ocorreu de forma desordenada (1); Identificou-se baixos índices de conhecimento e utilização de política de incentivo a inovação (2); e, percebeu-se que a elaboração de políticas públicas são desafios impostos aos dirigentes públicos, pois a esses cabe perceber, compreender e selecionar as demandas da sociedade (3). Conclui-se que baixos índices de conhecimento e utilização comprometem negativamente o desempenho das atividades industriais. Esta tarefa interessa a administradores públicos compromissados com o desenvolvimento e fortalecimento das indústrias rondoniense.

Palavras-Chave: Teoria Institucional. Competitividade Industrial. Políticas de incentivo. Indústria

INCENTIVE POLICY INNOVATION IN INDUSTRY IN RONDÔNIA

ABSTRACT

This study aims to analyze how the innovation incentive policies are known and used by Rondonia industries; And bring three specific: Lift the current scenario of industries in Rondônia (1); identify the level of knowledge and use of the main policies to encourage innovation in the industry (2); and offer creators considered proficient for the development of strategic policies for rondoniense industrial competitiveness (3). Based on Institutional Theory based on the organizational field, where the trade space occurs. Had the driving issue: What is the level of knowledge and use of incentive for innovation policy in the industries in Rondônia? applied content analysis method of qualitative and quantitative approach. As a result it was found that the spatial distribution of industries in Rondônia occurred in a disorderly manner (1); It identified low levels of knowledge and use of incentive for innovation policy (2); and it was noted that the development of public policies are challenges to public leaders, because these fit perceive, understand and select the demands of society (3). It follows that low levels of knowledge and use adversely impair the performance of industrial activities. This task interest to public officials committed to the development and strengthening of Rondonia industries.

Keywords: Institutional Theory. Industrial Competitiveness. Incentive policies. Industry

1 INTRODUÇÃO

A economia de Rondônia foi constituída por diversos programas de desenvolvimento, em sua grande maioria baseados na exploração extrativista, cujas características remetem ao subdesenvolvimento.

Segundo Matias (2010), os primeiros aspectos socioeconômicos de Rondônia tiveram origem no século XVII, quando padres jesuítas fundaram a missão Tupinambarana, à jusante da foz do rio Madeira. Esse processo acentuou-se durante o Ciclo do Ouro no Vale do Guaporé que atraiu mineradores, comercializadores, militares e religiosos. No início do século XX, desenvolveu-se o primeiro Ciclo da Borracha que atraiu imigrantes nordestinos, bolivianos e peruanos destinados ao trabalho nos seringais. Estes Ciclos não geraram mudanças nos aspectos socioeconômicos, tendo em vista suas concepções econômicas não permitirem a produção de riquezas locais por tratar-se de uma economia direcionada exclusivamente ao mercado externo. Também no século XX, desenvolveu-se o Ciclo do Telégrafo atraindo para Rondônia imigrantes mato-grossenses, paulistas e nordestinos. Neste período, as estações telegráficas atuavam como receptadoras e orientadoras de um novo processo e ocupação humana, de características rural/rural, cujos contingentes imigratórios destinavam-se a atividades de pecuária, formando grandes latifúndios e pequenas colônias agrícolas.

A consolidação das indústrias no Estado de Rondônia seguiu o impulso de desenvolvimento que ocorreu por conseqüência da abertura da BR-364 na década de 70. Os investimentos do Governo Federal no processo de colonização, em obras de infra-estrutura e no incentivo do fluxo migratório intensificaram o processo de industrialização no Estado. A atividade industrial rondoniense sempre esteve vinculada à exploração das matérias-primas vegetais e minerais, que culminou em um expressivo número de indústrias ligadas ao beneficiamento de produtos agrícolas e florestais. No início da década de 80 surge um novo modelo de desenvolvimento econômico, denominado agrosilvopastoril, tendo como base o extrativismo, agricultura e pecuária, que culminou no desmatamento na região. Esse novo modelo atraiu a indústria madeireira, pois a fatura de matéria-prima oriunda do resultado desse processo incentivou a consolidação desse ramo da indústria no Estado. Apesar desse salto, a economia ainda apresentava-se como subdesenvolvida, pois a indústria não agregava valor a produtos finais, tendo como foco a exportação da matéria-prima.

Para Matias (2010), a evolução socioeconômica de Rondônia sempre associada aos ciclos econômicos, foi redimensionada, a partir do município de Porto Velho, por conta da

construção das usinas hidrelétricas, Santo Antonio e Girau. Para o supracitado autor, esse momento poderá ser denominado como Ciclo da Energia, o qual gerou profundas mudanças nos municípios localizados no corredor de influência das Usinas, como: Transformações infra-estruturas nos sistemas e meio de transporte e em seus cenários urbanos, sensivelmente alterados em consequência da evolução da indústria da construção civil e dos ramos de comércio e de serviços.

Com a implantação de novas indústrias geridas sob a pauta da sustentabilidade admitiu-se que a geração de riquezas e a estabilidade econômica são reflexos da agregação de valores aos recursos naturais, por meio da industrialização. Nesse contexto, a capacidade de inovar assume significativa importância nas relações organizacionais e impõe novos desafios às indústrias. Estudos indicam que, na ótica empresarial, as indústrias que mais inovam são as que apresentam maior dinamismo e rentabilidade. Isso porque é a inovação fator fundamental para a produtividade competitiva, além de ser um estímulo para o desenvolvimento regional.

O Estado de Rondônia, cenário deste estudo, quando comparado aos grandes centros econômicos do Brasil, apresenta baixo índice no desenvolvimento inovador. Nesse contexto, a presente pesquisa parte do pressuposto de que há necessidade de estratégia que proporcione a melhoria do desempenho de inovações como impulsionadores do desenvolvimento das indústrias em Rondônia. Assim, traz como objetivo geral analisar o quanto as políticas de incentivo à inovação são conhecidas e utilizadas pelas indústrias rondonienses; e traz três específicos, a saber: Levantar o cenário atual das indústrias do Estado de Rondônia (1); identificar o nível de conhecimento e utilização das principais políticas de incentivo à inovação nas indústrias (2); e, oferecer idealizadores considerados proficientes para elaboração de políticas estratégicas para a competitividade industrial rondoniense (3). Diante do exposto, a questão mobilizadora desse estudo é: qual o nível de conhecimento e utilização de políticas de incentivo à inovação nas indústrias em Rondônia?

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REFERÊNCIA TEÓRICO-EMPÍRICO

Esse tópico apresentará a Teoria e conceitos no qual essa pesquisa se fundamenta para isso traz a contextualização sobre o cenário das indústrias em Rondônia; e ainda, os conceitos de políticas de incentivo à inovação e idealizadores considerados proficientes para elaboração de políticas estratégicas para a competitividade industrial. Além disso, será utilizada a Teoria Institucional que tem como base o campo organizacional, onde ocorre o espaço de trocas, não apenas as práticas e materiais, como também as culturais e simbólicas.

2.1 Teoria Institucional

A Teoria Institucional estuda a relação entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais e coletivos. A partir da década de 50, os teóricos organizacionais passaram a considerar as organizações como sistemas abertos, ou seja, as trocas materiais e subjetivas são feitas também com o ambiente e não somente dentro da organização.

A Teoria Contingencial já tratava a questão do ambiente como sendo relevante para a tomada de decisão das organizações. Mas Teoria Institucional foca nas trocas informais desse ambiente, seus valores culturais e subjetivos. Sendo assim a abordagem Institucional tem como conceito principal o campo organizacional, isto é, o espaço de trocas, não somente práticas e materiais, como culturais e simbólicas

Para Berger e Luckmann tratados em Kelm et al (2014), a institucionalização ocorre sempre que houver uma tipificação recíproca de papéis e ações rotineiras por tipos de atores. Institucionalizar regras, por exemplo, é torná-las habituais e rotineiras. Neste aspecto, institucionalização é um processo onde se transmite aquilo que é socialmente definido como real, ou seja, é um processo de fabricação de verdades de pontos de referência não mais tematizáveis.

A Teoria Institucional deriva de instituição e do termo institucionalizar, que na prática, significa transformar crenças em regras de conduta. Transformar o amador em profissional. É, basicamente, oficializar normas e comportamentos. As organizações podem ceder as culturas locais ao mesmo tempo, profissionalizar as praticas e os indivíduos, ou seja, levar em consideração as trocas informais do campo organizacional, mas nunca esquecendo os objetivos formais da organização.

Porém, torna-se importante ressaltar que o processo de institucionalização não ocorre rapidamente é necessário passar por alguns momentos, pois a institucionalização gera efeitos práticos importantes e um valor institucionalizado inspira ações concretas por parte dos atores sociais.

A Teoria Institucional apresenta que as organizações devem considerar as composições sociais e as práticas culturais dos ambientes nas quais estão inseridas. E ainda expõe que, em determinados casos é prático e, em outros imprescindíveis, se adaptar ao ambiente para conquistar seus objetivos.

Segundo Rezende (2013), na Teoria Institucional as instituições funcionam como conjunto de regras e estímulo ao comportamento onde os indivíduos buscam elevar ao

máximo as suas utilidades a partir da construção de procedimentos para simplificar o processo de interação.

A Teoria Institucional aparece como uma tentativa de contraposição dos modelos mais racionais que tinham como principais focos os processo técnicos, produtivos e gerenciais. E passa a focar na análise dos elementos dos sistemas culturais a estrutura e ações das organizações, em outras palavras a Teoria Institucional assume as organizações ao ambiente com entidade simbólica através do isomorfismo. No Quadro 1 são apresentados os tipos de isomorfismos

Quadro 1 – Tipos de isomorfismos

Tipos	Especificações
1.Isomorfismo coercitivo	1.1 Resulta tanto de presunções formais quanto de informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem e pelas as expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam.
2. Isomorfismo mimético	2.1 se dá quanto às tecnologias organizacionais são pobres, os objetivos são imprecisos o ambiente é incerto conduzindo as organizações a copiarem práticas de outras.
3.Isomorfismo normativo	3.1 Que está associado à profissionalização a educação formal e a disseminação de conhecimentos por especialistas. Uma fonte importante desse Isomorfismo é a contratação de indivíduos que já trabalharam em empresas do mesmo setor.

Fonte: Elaborado pela autora com base Cavalcante (2011).

Quando um ambiente influencia as práticas de várias organizações nele inseridas, pode-se dizer que existe o isomorfismo corporativo, ou seja, a similaridade de forma e estrutura das organizações com o ambiente. O isomorfismo corporativo se caracteriza de três formas: Coercitivo: Quando o comportamento de uma empresa mais forte exerce influencia sobre as demais. Mimético: Quando uma empresa adota procedimentos e práticas que já foram desenvolvidas e aprovadas em outras empresas. Normativo: Quando o comportamento comum é regido por normas educacionais e profissionais.

Para Cavalcante (2011), o ambiente institucional é um agregado de parâmetros mutáveis cujas alterações modificam os custos organizativos comparados e permitem os arranjos institucionais, que dependendo da característica interna desse sistema institucional, indicará resultados favoráveis ou não em termos de desempenho econômico.

Aléssio e Rover (2014) consideram que no ponto de vista da Teoria Institucional a cultura, a história e as instituições são elementos essenciais na análise do processo de

desenvolvimento, sendo suporte teórico e analítico para a compreensão das dinâmicas organizativas de um determinado território.

Neste contexto inseri-se a visão de Douglas North (1998), que observa as instituições focalizando na influência sobre o desempenho econômico. North faz uma análise que vai além da visão de mercados, partindo para os direitos de propriedade, que dão estímulo a investimentos produtivos, minimizam a incerteza de futuro, asseguram os rendimentos dos inovadores e, assim, aumenta-se o capital físico e humano, o avanço do conhecimento, a produtividade e finalmente o desenvolvimento econômico.

Para North (1998), as instituições se formam por diferentes níveis de potência para que haja uma cooperação entre os agentes envolvidos. Ou seja, a estrutura de incentivos da sociedade são formadas por intermédio das instituições, sejam elas políticas ou econômicas. A luz da Teoria de North, o desempenho se torna um resultado do investimento das instituições e dos estímulos à inovação e a eficiência.

2.2 Conceitos de Políticas Públicas de Incentivo a Inovação

Políticas de incentivo à inovação visam promover e fortalecer uniões estratégicas entre instituições públicas e privadas, objetivando resultados recíprocos de produtividade e competitividade. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE (2008), Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Para a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), essas políticas têm por objetivo o apoio aos planos de investimentos estratégicos em inovação, detalhados em metas e objetivos pretendidos durante o período de tempo do financiamento. E possuem as seguintes diretrizes: Aumento de competitividade nacional e internacional; Incremento de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas no país e cujos investimentos sejam compatíveis com a dinâmica tecnológica dos setores em que atuam; Inovação com relevância regional ou inserida em arranjos produtivos locais, objeto de programas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Contribuição mensurável para o adensamento tecnológico e dinamização de cadeias produtivas; E, parceria com universidades e/ou instituições de pesquisa do País.

2.2.1 Legislação e Políticas Nacionais e Estaduais voltadas à inovação

As políticas e programas governamentais conjeturam iniciativas de cooperação tecnológica entre os atores do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. Para dar suporte a essas iniciativas foi fundado em 1985 o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) que sucedeu a criação do marco legal de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Legislação e políticas voltadas à inovação.

Legislação	Título	Descrição
1. Lei nº 8.248 de 1991	1.1 Lei da Informática	1.1.1 Possibilitar as indústrias certificações pelo MTCI e obtenção de dedução de IR e proventos em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento.
2. Lei nº 8.661 de 1993	2.1 Programa Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI	2.1.1 Possibilitar incentivos fiscais a Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação nas indústrias.
3. Lei Complementar nº 283 de 2003	3.1 Fundo de Investimento e de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER	3.1.1 Fomentar financeiramente às empresas dos setores agroindustrial, industrial, comercial, mineral e de prestação de serviços, turismo e preservação ambiental.
4. Lei nº 10.973 de 2004	4.1 Lei da Inovação	4.1.1 Aumentar o nível científico, impulsionar pesquisa e inovação nas empresas e fortalecer o desenvolvimento industrial do país.
5. Lei nº 11.196 de 2005	5.1 Lei do Bem	5.1.1 Institui incentivos fiscais a pessoas jurídicas, concedidos mediante a realização de PD&I tecnológica.
6. Lei nº 2.528 de 2011	6.1 Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia FAPERRO	6.1.1 Fomentar e induzir a pesquisa e a inovação tecnológica do estado de Rondônia.

Fonte: Próprios autores

Essas legislações consolidaram as políticas públicas de inovação no âmbito nacional e estadual. Para Botelho e Almeida (2012), a ascensão da política de inovação e as exigências estruturais de processo impuseram o Brasil e alteraram radicalmente o escopo, a forma e a função da política de apoio à pesquisa, contribuindo para a desconstrução da política centralizadora de Ciência, Tecnologia e Inovação.

2.3 Conceitos dos idealizadores considerados Proficientes a Elaboração de Políticas de Incentivo à Inovação.

A elaboração de políticas próprias gera crescimento e a estabilidade econômica, além de fomentar a qualidade de vida da população. Deste modo, a relevância da CT&I e das políticas públicas para o desenvolvimento da competitividade industrial tem gerado discussões, cujo principal foco é o crescimento econômico. Segundo Silva (2011), no cenário mundial contemporâneo, a Ciência, Tecnologia e Inovação são instrumentos fundamentais

para o desenvolvimento, crescimento econômico, geração de emprego e renda e democratização de oportunidades.

As condições necessárias para um país gerar novas tecnologias e, portanto, obter autonomia tecnológica depende das políticas desenvolvidas pelo Estado em suas esferas federal, estadual e municipal, com intuito de estabelecer um sistema articulado capaz de alterar o modelo empresarial tradicional, particularmente no que diz respeito à importância dada à tecnologia. De acordo com o SEBRAE (2008), o processo de formulação de políticas públicas, apresenta diversas fases, tratadas nesta pesquisa como idealizadores proficientes para elaboração de políticas públicas. Conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Processo de formulação de políticas públicas.

Idealizadores	Descrição
1. Formação da Agenda	1.1.1 Seleção das prioridades, ou seja, definir lista de principais problemas da sociedade.
2. Formulação de Políticas	2.1.1 Apresentação de soluções ou alternativas, ou seja, definir as linhas de ação que serão adotadas para solucioná-los.
3. Processo de Tomada de Decisão	3.1.1 Escolha das Ações, ou seja, escolher alternativas de intervenção em resposta aos problemas definidos na Agenda.
4. Implementação	4.1.1 Execução das Ações, ou seja, o planejamento e a escolha são transformados em atos.
5. Avaliação	5.1.1 Fonte de aprendizado que permite ao gestor perceber quais ações tende a produzir melhores resultados.

Fonte: Adaptado SEBRAE (2008)

3 METODOLOGIA

Este tópico apresentará o método de pesquisa utilizado para a realização desta tarefa com intuito de atingir o objetivo proposto. A metodologia engloba a escolha do tipo de pesquisa, o instrumento utilizado para coleta de dados e os parâmetros adotados para análise e apresentação dos resultados.

A abordagem metodológica que se propõem nesse estudo é de natureza quali-quantitativa seguindo o pensamento de Creswell (2010), é mais do que uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados, envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a da pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada.

3.1 Etapas da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas etapas, a saber: a primeira para identificar as principais políticas de incentivo à inovação e a segunda para analisar a o quanto essas políticas são conhecidas e utilizadas pelas indústrias de Rondônia. Na primeira etapa após leitura flutuante dos documentos mais relevantes sobre o tema foram selecionados para averiguação as seguintes matérias: Base de dados do Cadastro Industrial da Federação das Indústrias de Rondônia – FIERO, pois apresenta dados atualizados das indústrias de Rondônia; e, o Manual de Políticas Públicas do SEBRAE, porque apresenta conceitos e práticas de Políticas Públicas, de uma forma clara a pessoas interessadas, independente de serem especialistas ou não no tema. E na segunda etapa foi realizada prospecção com os representantes das indústrias.

Para identificar e analisar as principais políticas de incentivo à inovação foi realizado a investigação por meio da análise de conteúdo nos documentos acima elencados e apontados como diretrizes da área de inovação. A análise de conteúdo é, conforme Mozzato e Grzbovski (2011) um conjunto de técnicas de análise das comunicações através de meios sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens com a intenção de analisar o conteúdo e inferir conhecimentos relativos às condições de produção e indicadores. Nesse sentido, procedeu-se da seguinte forma: Organização e preparação de dados para análise, com seleção dos materiais a serem trabalhados; Leitura completa dos dados objetivando trabalhar com os materiais de maior relevância para a pesquisa; Codificação dos dados, com intuito de gerar uma descrição das categorias para análise; qualificação, visando relacionar as concepções abordadas no referencial teórico; e interpretação, objetivando analisar os dados e ofertar idealizadores proficientes para políticas públicas das indústrias.

Para alcançar a percepção dos empresários das indústrias quanto ao conhecimento e utilização de políticas públicas, foram levantadas as opiniões de 26 representantes das indústrias do segmento de vestuário na municipalidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. A escolha desse segmento deu-se, pois ao comparar os dados da FIERO, observou-se que o segmento não acompanhou desenvolvimento apresentado pelos outros segmentos das indústrias, a saber: No ano de 2002 no município de Porto Velho haviam 50 indústrias do segmento e no ano de 2014 são apresentadas apenas 65 indústrias.

Para mensurar a percepção dos empresários foi realizada uma medição em escala. De acordo com Richardson (2008), as escalas são definidas como instrumentos de medição,

aplicando-se este conceito à enumeração sistemática de um conjunto de observações, determinando a posição de cada membro de um grupo em termos das variáveis em estudo.

Para analisar o nível de conhecimento e utilização das Políticas Públicas, foram avaliadas as legislações e políticas voltadas à inovação que são as ferramentas para promoção do desenvolvimento industrial do país. A análise levou em consideração o conhecimento (a intensidade em que as legislações e políticas são conhecidas), e a utilização (até que ponto as legislações e políticas estão sendo utilizadas). O critério de avaliação foi preparado a partir da escala tipo Likert com cinco pontos: Ruim (1 ponto), Regular (2 pontos), Neutro (3 pontos), Bom (4 pontos) e Excelente (5 pontos). Conforme Quadro 4. Para análise dos dados alcançados via Escala de Likert foi utilizado Ranking médio, sendo, tratamento estatístico para análise de dados com base na aferição dos parâmetros.

Quadro 04 - Critérios de avaliação.

Subsídio	Característica	Conhecimento					Utilização				
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
1. Legislação e Políticas voltadas à inovação	1.1 Lei da Informática										
	1.2 PDTI										
	1.3 FIDER										
	1.4 Lei da Inovação										
	1.5 Lei do Bem										
	1.6 FAPERÓ										
Critério de avaliação		Ruim	Regular	Neutro	Bom	Excelente					

Fonte: Adaptado de Valadão (2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa serão apresentados os resultados do estudo proposto. O qual está fundamentado nos sub-tópicos que abordam o levantamento do cenário atual das indústrias em Rondônia, identificação do nível de conhecimento e utilização de Políticas Públicas de incentivo a inovação, e a oferta de idealizadores considerados proficientes para elaboração de políticas estratégicas para a competitividade Industrial.

4.1 Levantamento do Cenário Atual de Rondônia

Esse levantamento tem por base as informações obtidas a partir da base de dados do Cadastro Industrial da Federação das Indústrias de Rondônia – FIERO, apresentado o quantitativo de seis mil setecentos e sessenta e duas indústrias distribuídas nos 52 municípios, conforme apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 - Distribuição de indústrias por municípios.

Item	Municípios	Quantidade	Item	Municípios	Quantidade
1	Alta Floresta do Oeste	88	27	Mirante da Serra	33
2	Alto Alegre Dos Parecis	17	28	Monte Negro	54
3	Alto Paraíso	34	29	Nova Brasilândia do Oeste	47
4	Alvorada do Oeste	44	30	Nova Mamoré	24
5	Ariquemes	563	31	Nova União	8
6	Buritis	91	32	Novo Horizonte do Oeste	13
7	Cabixi	18	33	Ouro Preto do Oeste	123
8	Cacaulândia	7	34	Parecis	7
9	Cacoal	388	35	Pimenta Bueno	275
10	Campo Novo de Rondônia	19	36	Pimenteiras do Oeste	4
11	Candeias do Jamari	75	37	Porto Velho	2057
12	Castanheiras	1	38	Presidente Médici	63
13	Cerejeiras	90	39	Primavera de Rondônia	4
14	Chupinguaia	26	40	Rio Crespo	4
15	Colorado do Oeste	78	41	Rolim de Moura	305
16	Corumbiara	23	42	Santa Luzia do Oeste	27
17	Costa Marques	31	43	São Felipe do Oeste	9
18	Cujubim	47	44	São Francisco do Guaporé	61
19	Espigão do Oeste	199	45	São Miguel do Guaporé	67
20	Governador Jorge Teixeira	15	46	Seringueiras	11
21	Guajará-Mirim	89	47	Teixeiropolis	8
22	Itapuã do Oeste	17	48	Theobroma	4
23	Jaru	224	49	Urupá	24
24	Ji-Paraná	656	50	Vale do Anari	5
25	Machadinho do Oeste	51	51	Vale do Paraíso	10
26	Ministro Andreazza	23	52	Vilhena	601
Total Geral: 6.762					

Fonte: Próprios autores

De acordo com o exposto, percebe-se que as indústrias estão bem difundidas quanto à distribuição espacial. Porém, ao analisar as localizações das indústrias nos municípios, nota-se que a maioria delas encontram-se espalhadas, ou seja, funcionando em locais não destinados ao uso industrial. O que leva a constatar que o processo de instalação foi desordenado. E ainda, que a falta de planejamento dos poderes públicos, municipal e estadual, assim como os próprios empresários, na consolidação de parques industriais.

Quanto à distribuição por segmento, apresentada na Figura 1, percebe-se que as indústrias que atuam nos segmentos de alimentícios, metálicos e construção civil, representam aproximadamente 72% do total das indústrias em Rondônia.

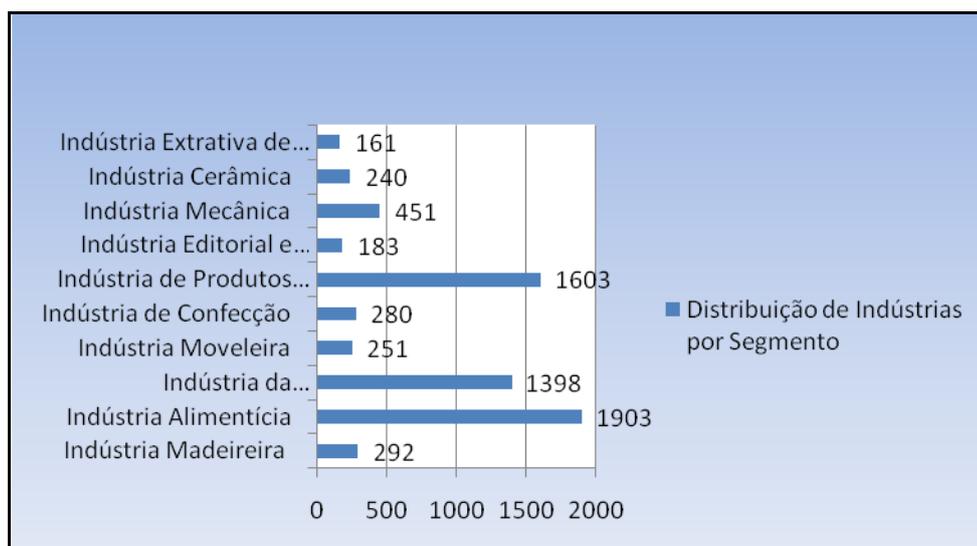


Figura 1: Distribuição de Indústria por Segmento
 Fonte: Próprios autores

4.2 Identificação do Nível de Conhecimento e Utilização de Políticas Públicas de Incentivo a Inovação

Para alcançar a visão dos representantes das indústrias com relação à proposta desta pesquisa, foram analisadas as percepções sobre Legislação e Políticas voltadas à inovação a partir de uma atribuição de pontuação depositada em escala. A partir da análise foi possível obter os seguintes resultados conforme apresentado nos Quadros 6.

Quadro 06 - Identificação dos resultados obtidos por atribuição de pontuação.

Subsídio	Característica	Percepções Conhecimento	Percepções Utilização
1. Legislação e Políticas voltadas à inovação	1.1 Lei da Informática	30	26
	1.2 PDTI	28	26
	1.3 FIDER	80	43
	1.4 Lei da Inovação	60	26
	1.5 Lei do Bem	60	26
	1.6 FAPERÓ	34	26
Pontuação obtida		292	173

Fonte: Próprios autores.

Na identificação foram conferidos 465 pontos à percepção dos respondentes quanto ao conhecimento e utilização de Legislações e Políticas voltadas à inovação, sendo que a pontuação máxima que poderia alcançar era de 1560 pontos. A pontuação obtida por essa avaliação corresponde aproximadamente 29,9% da pontuação máxima o que é preocupante para o desenvolvimento das indústrias rondoniense, haja vista que essas Legislações e Políticas são apresentadas como ferramentas propulsoras da produtividade e competitividade

industrial. Os resultados da pesquisa ainda foram submetidos a tratamento estatístico para sistematização das respostas, utilizando-se o Ranking Médio Geral como fator representativo das respostas, seguindo os seguintes critérios: Abaixo de 3 pontos (Compromete negativamente as indústrias); Entre 3 e 4 pontos (Indiferente) e acima de 4 (Compromete positivamente as indústrias). Os resultados nesta análise são apresentados na Figura 2.

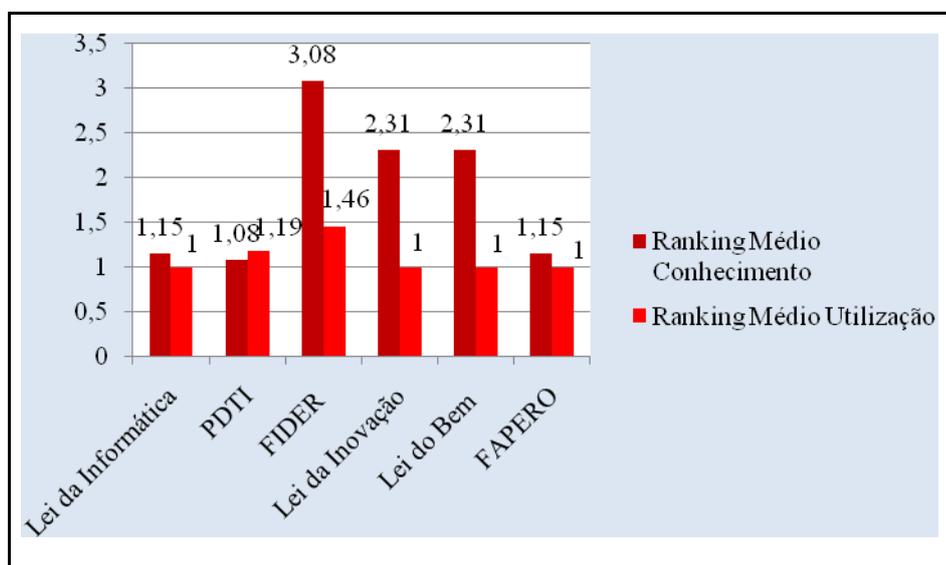


Figura 2: Resultados obtidos por Ranking Médio
Fonte: Próprios autores

Na média aritmética do Ranking que mensura a percepção dos respondentes quanto ao conhecimento e utilização de legislações e políticas públicas voltadas à inovação, percebe-se que os baixos índices de ambos comprometem negativamente o desempenho das atividades industriais. Pois partindo do pressuposto que a inovação é fator fundamental para a produtividade competitiva industrial e a sua utilização proporciona maior dinamismo e rentabilidade, os baixos índices aqui apresentados justificam a estagnação das indústrias do segmento aqui pesquisado, pois se essas não conhecem esses instrumentos considerados fundamentais para o desenvolvimento, crescimento econômico, geração de emprego e renda. Como poderão utilizá-las como oportunidades crescimento?

Em relação ao subsídio Fundo de Investimento e de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER, a média aritmética do Ranking apresenta-se indiferente quanto ao conhecimento e comprometimento negativo quanto à utilização, observa-se assim uma discrepância entre os resultados, pois percebe-se que alguns empresários conhecem porém não utilizam. Neste caso citamos alguns pontos que podem ser melhorados, a saber: Promoção de workshop em sindicatos, pool de empresas, órgãos de apoio as indústrias e na própria Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES, órgão a qual o FIDER está vinculado, para disseminação da prática do processo de aquisição e utilização

dessas políticas; Elaboração de Painéis informacionais de benefícios concedidos; e, Palestras semestrais para sensibilização e esclarecimentos os empresários do setor.

4.3 Idealizadores considerados proficientes para Elaboração de Políticas Estratégicas para a Competitividade Industrial

Por se tratar de um compromisso de articulação institucional entre organizações públicas e privadas que visam promover e fortalecer uniões estratégicas objetivando resultados recíprocos de produtividade e competitividade das indústrias, a elaboração de políticas públicas torna-se verdadeiros desafios impostos aos dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões), pois a esses cabe perceber, compreender e selecionar as diversas demandas. Diante do exposto, esta pesquisa propôs oferecer idealizadores considerados proficientes para elaboração de políticas estratégicas para a competitividade industrial rondoniense. De acordo com análise as propostas foram elencadas e apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Proposta de idealizadores proficientes para elaboração de políticas públicas.

Idealizadores	Descrição	Modelo
1. Programa da Indústria de Rondônia (PIR)	1.1 Capacitação de industriários 1.2 Estruturação de núcleos produtivos 1.3 Feiras e eventos para comercialização da produção	1.1.1 Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)
2. Programa Desenvolvimento da Indústria (PDA)	2.1 Coordenação e consolidação do Fórum Permanente das indústrias 2.2 Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e a Inovação 2.3 Implantação de telecentros de informação e negócios	2.1.1 Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte
3. Lei de Incentivos e Estímulos Econômicos	3.1 Isenção do IPTU para os empreendimentos que se estabelecerem no Estado 3.2 Isenção da Taxa de Vigilância Sanitária para as indústrias se comprometam com a geração de empregos como contrapartida. 3.3 Redução de 50% do ISS nos primeiros seis meses após instalação.	3.1.1 PETRÓPOLIS – Rio de Janeiro

Fonte: Próprios autores

Estas inovações culminaram em uma cooperação entre instituições públicas e privadas para efetivar a disseminação e utilização dessas políticas estratégicas aqui elencadas. Para isso caberá ao Estado a definição da tipologia de gestão que melhor reflete sua visão de futuro, observada sua realidade e suas aspirações. Mas, uma vez definida essa tipologia, deverão ser assumidos compromissos e, por conseguinte, estipuladas metas de desenvolvimento institucional que permitam alcançar as condições de sucesso correspondentes visando assim o desenvolvimento industrial regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

A inovação nas indústrias é medida a partir dos resultados alcançados, ou seja, a partir do sucesso de sua implementação. Porém uma indústria só é realmente inovadora, quando a criatividade torna-se processo contínuo no realizar das demandas. Para fomentar essas idéias, instituições públicas e privadas promovem uniões estratégicas objetivando resultados recíprocos de produtividade e competitividade, denominadas políticas de incentivo.

Deste modo, essa pesquisa propôs analisar o quanto as políticas de incentivo à inovação são conhecidas e utilizadas pelas indústrias rondonienses. Para isso, foi realizado levantamento do cenário atual das indústrias no Estado, onde foi possível verificar que a distribuição espacial das indústrias em Rondônia ocorreu de forma desordenada, haja vista que as localizações das indústrias nos municípios são bastante dispersas.

Posteriormente foi realizada a identificação do nível de conhecimento e utilização das principais políticas de incentivo à inovação nas indústrias de Rondônia. O resultado dessa análise permite elencar algumas considerações, a saber: Quanto à percepção sobre conhecimento e utilização de políticas voltadas à inovação, percebeu-se que o nível de percepção corresponde aproximadamente 29,9% da pontuação máxima estipulada, o que é preocupante para o desenvolvimento das indústrias rondoniense, haja vista que essas políticas são apresentadas como ferramentas propulsoras da produtividade e competitividade industrial. Quanto aos resultados obtidos através do tratamento estatístico, identificam-se baixos índices de conhecimento e utilização das políticas de incentivo à inovação.

Quanto à oferta de idealizadores considerados proficientes para elaboração de políticas estratégicas para a competitividade industrial rondoniense, foram elencadas três propostas utilizadas em outros Estados, as quais apresentaram resultados significativos para o desenvolvimento regional. E ainda foi evidenciado que caberá ao Estado a definição da tipologia e estipulação de metas para desenvolvimento institucional que permitam alcançar as condições de sucesso correspondentes, visando assim o desenvolvimento industrial regional.

E por fim, conclui-se que o nível de conhecimento e utilização das políticas de incentivos à inovação nas indústrias de Rondônia é baixo e comprometem negativamente o desempenho das suas atividades industriais. Desta forma responde-se à questão de pesquisa proposta neste estudo. Essa tarefa interessa a administradores públicos compromissados com questões de interesse público e também na formulação de políticas com intuito de propiciar desenvolvimento e fortalecimento das indústrias rondoniense.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, A. **Inno-policy trendchart: innovation policy progress report** – Brazil 2009. União Europeia, 2010. Disponível em: <<http://www.proinno-europe.eu/page/innovation-andinnovation-policy-brazil>>.

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara. **Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglas North**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

CNI. **Confederação Nacional da Indústria**. Mobilização Empresarial pela Inovação: cartilha: gestão da inovação. Brasília, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIMA, L. H. D.de. **Núcleo de Atendimento a Indústria da Federação das Indústrias de Rondônia**: Base de dados do Cadastro Industrial da Federação das Indústrias de Rondônia. Mensagem recebida por <luiza.lima@fiero.org.br> em 16 maio 2015.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Financiamento à Inovação**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.redemineirapi.com/novo/wp-content/uploads/IV-dia-Financiamento-%C3%A0-Inova%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 26 mar.2015

FREITAS FILHO, Fernando Luiz. **Gestão da Inovação**: teoria e prática para implantação. São Paulo: Atlas, 2013.

KELM, Martinho Luis; RENZ, Cíntia Lisiane da Silva; ALLEBRANDT, Sérgio Luís; SAUSEN, Jorge Oneide. **Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional**. Rio de Janeiro: FGV EBAPE, 2014.

MATIAS, Francisco. **Formação Histórica e Econômica de Rondônia**. Porto Velho: INDAM, 2010.

MOZZATO, Anelise R; GRZYBOVSKI, Denize. **Análise de Conteúdo como técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo de Administração: Potencial e Desafio**. Curitiba: ANPAD, 2011.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEBRAE.MPE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

SILVA, Carlos Henrique R. Tomé. **Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: SENADO, 2011.

VALADÃO, José de Arimatéia D. **Contribuições dos centros familiares de formação por alternância para o desenvolvimento rural sustentável: estudo da Escola Família Agrícola Itapirema de Ji-paraná**. Porto Velho, Rondônia, 2009.